



XXIX CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (CIC)
2019
UACSA, UAST, UFAPE, CODAI e UEADTEC
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Coordenação de Programas Especiais



OS IMPACTOS DO FECHAMENTO DE ESCOLAS DO CAMPO EM PERNAMBUCO

Lara Barros Moura 1, Gilvânia de Oliveira Silva Vasconcelos 2
E-mail: larabarrosmoura@gmail.com

1 Estudante, UFRPE, Recife/PE

2 Docente Departamento de Educação, UFRPE, Recife/PE

Historicamente, a política de educação para os sujeitos que vivem no campo, sempre esteve relegada a programas pontuais e sem muita atenção dos gestores públicos. Mesmo com algumas conquistas alcançadas, através das pautas trazidas pelos movimentos sociais do campo, para o cenário político nacional, o sucateamento das escolas e o fechamento de muitas em todo o Brasil não foram evitados. O objetivo desta pesquisa foi conhecer o fenômeno do fechamento das escolas do campo em Pernambuco, que vem deixando milhares de estudantes sem o direito de estudar na localidade que residem, interferindo diretamente na organização socioeconômica da família. A metodologia consistiu no levantamento de dados quantitativos, por meio dos seguintes instrumentos, o levantamento do número de escolas existentes no campo em Pernambuco, do ensino infantil ao fundamental I, dos anos de 2010 e 2017, através das Sinopses Estatísticas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o contato com algumas secretarias municipais da educação e entrevista com membros do Comitê Pernambucano de Educação do Campo. Como resultados, visualizamos a negligência do poder público com os sujeitos, que constroem o espaço geográfico-cultural do campo. Entre os anos de 2010 e 2017, houve o desaparecimento de 255 estabelecimentos na Mata Norte e Sul do estado, reflexo do descaso do poder público com os sujeitos camponeses, especificando as situações encontradas, havia municípios com alta taxa de fechamento de estabelecimentos, entretanto, com aumento no número de matrículas; assim como, aumento no número de estabelecimentos e redução no número de matrículas, essas constatações são vistas na prática com a paralização e os nucleamentos das escolas. Portanto, é preciso ter claro que educação é um direito e não uma mercadoria, como muitos gestores públicos tratam, como números viáveis economicamente ou não. Bem como, trata o campo, como local inferior em relação à cidade e por isso, não leva a sério as políticas públicas para este espaço, muito menos os sujeitos que estão nele. Educação não é investimento, é um direito humano, e deve ser garantido. É preciso legitimar e fortalecer a política pública no campo, garantir a criação e manutenção dessas escolas.

Palavras-chave: educação do campo, políticas educacionais, educação contra hegemônica.

Área do Conhecimento: Ciências Humanas.

Realização:



Apoio:



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E